

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-3-2023.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Conselheiro Marcelo, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Angelica Pinheiro. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 081/21 (Processo nº 0246/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/22 (Processo nº 0477/22), de autoria de Ramiro Rosário; o Projeto de Lei do Legislativo nº 042/23 (Processo nº 0088/23), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 083/23 (Processo nº 0174/23), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 (Processo nº 0180/23), de autoria de Aldacir Oliboni; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 102/23 (Processo nº 0219/23), de autoria de Alexandre Bobadra. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e dois ao dia vinte e quatro de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Angelica Pinheiro, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Também, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento de Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Diva da Restinga, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula Lacerda e Eduardo Fagundes Becker em assumir a vereança, em substituição, no período citado. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli, Professor Vitorino, Roberto Robaina, Biga Pereira, Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Mari Pimentel, Angelica Pinheiro, Prof. Alex Fraga e Mauro Pinheiro. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal

formulado por Cassiá Carpes, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente sessão. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 154.00002/2023-31, de autoria de Engº Comassetto, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, do dia vinte e um ao dia vinte e três de março do corrente, da Reunião sobre retomada de programas habitacionais em Porto Alegre, em Brasília - DF. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Giovani Culau e Coletivo e Biga Pereira, ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/23 (Processo nº 0165/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/22 (Processo nº 0681/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 367/22, por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Angelica Pinheiro, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 291/22, por vinte e nove votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Angelica Pinheiro, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/23 (Processo nº 0165/23). Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/23, após ser encaminhada à votação por Biga Pereira, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Tiago Albrecht e Comandante Nádia, por nove votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Angelica Pinheiro, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/23, por oito votos SIM e vinte e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Angelica Pinheiro, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo,

Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/23. Foi aprovado Requerimento formulado por Hamilton Sossmeier, presidindo, solicitando a inclusão, na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, bem como apreciação imediata, do Requerimento nº 056/23 (Proc. nº 0220/23 - SEI nº 158.00043/2023-23). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 056/23. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Márcio Bins Ely em votar favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 367/22. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 011/21 (Processo nº 0158/21), após votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, por vinte votos SIM e sete votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Angelica Pinheiro, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral, esteve em 2ª Sessão, o Projeto de Resolução nº 023/23 (Processo nº 0198/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando alteração na ordem de priorização da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 134/22 (Processo nº 0258/22). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/22 (Processo nº 0204/22), após ser discutido por Moisés Maluco do Bem. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 009, 016, 079, 086, 091/23; e os Projetos de Resolução nºs 015, 019 e 020/23; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/23, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 003/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 360, 400, 453, 043, 059, 068 e 080/23, e o Projeto de Resolução nº 017/23. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Gostaria de parabenizar o nosso diretor legislativo, Luiz Afonso de Melo Peres, que completou 44 anos de Casa. Vamos dar uma salva de palmas, parabenizando o Dr. Luiz Afonso pelos 44 anos de Casa. (Palmas.) (Projeção de imagens.) Parabéns, Dr. Luiz Afonso, pelo seu trabalho, o senhor valoriza a Casa há tantos anos, isso é uma declaração de amor ao trabalho, obrigado, em nome de todos os vereadores. (Palmas.)

Em votação requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares de 22 a 24 de março de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, líder da bancada do Solidariedade, informando os impedimentos dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Diva da Restinga, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula Lacerda e Eduardo Fagundes Becker em exercerem a vereança, em substituição, no período de 22 a 24 de março de 2023.

Informamos que se encontra presente no plenário a suplente Angelica Pinheiro, que já procedeu à entrega à Mesa do seu diploma, de sua declaração pública de bens e sua indicação de nome parlamentar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Maria Angelica Azevedo Pinheiro prestará a seguir.

SUPLENTE MARIA ANGELICA AZEVEDO PINHEIRO (SD): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossada a Ver.^a Angelica Pinheiro. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, neste momento em que nós estamos começando a sessão, Ver. Tiago, Ver.^a Mari, Ver. Ramiro, nós não poderíamos deixar passar em branco o que está acontecendo com a volta da esquerda no País, a insegurança. Primeiro, foi o MST invadindo empresas, invadindo áreas que produzem muito neste País, assustando a população; depois, faz nove dias, o Rio Grande do Norte, numa barbárie, o caos se instalou com a insegurança da criminalidade atingindo toda a sociedade. A facção PCC, que eu esperava que não existisse mais, Ver. Tiago, Ver. Alvoní, ressurgiu e está ameaçando toda a sociedade. Alguns ingênuos da imprensa dizem que isso é porque o Moro, quando foi ministro, tomou algumas providências para apertar

mais as cadeias, colocar mais ordem nas cadeias, prender mais. Na realidade, nós estamos voltando com várias quadrilhas, não é só o PCC. Depois da eleição, muitas quadrilhas voltaram às ruas, estão assustando a sociedade. Eu me admiro de um Presidente com esse linguajar, que foi ontem gravado, o nível baixou. O nível do nosso Presidente é abaixo do nível de razoabilidade, atingindo a todos, trazendo a insegurança, trazendo à reboque, até porque, na eleição, nós vimos traficantes nos seus comícios no Rio de Janeiro, inclusive uma deputada, esposa do prefeito de uma cidade do Rio de Janeiro, junto com o tráfico pesado, Ver. Ramiro. Isso nós não podemos admitir, a intranquilidade no País, ameaçando autoridades. Alguns pensam que o Lula foi inocentado. Onde que ele foi inocentado? O sistema o protegeu. O sistema afastou a possibilidade, porque ele já tinha sido julgado, condenado, em várias instâncias, e acharam um jeitinho para ele voltar. Mas esse não é o problema, que administre bem o País, porque nós precisamos de um chefe de governo com autoridade. Não uma pessoa que diz uma frase, a qual não tenho coragem de repetir aqui, ela é chula, ela é bagaceira e eu não posso repetir, nem quero repetir.

Na realidade, nós temos que falar nisso sim. Isso é coisa séria, pessoa sendo ameaçada, autoridades sendo ameaçadas. E o pior, tenho aqui a maior tranquilidade de dizer, muitos, no Congresso Nacional, já estão se vendendo para esse linguajar, já estão se entregando para esse linguajar e vão, a partir do mês que vem, começar a aprovar projetos que vão prejudicar a sociedade. Se preparem, o gás, já estão anunciando hoje, vai subir muito, a gasolina, tudo! Só a picanha que não chegou ainda, a picanha não baixou ainda. Então, na realidade, o que nós precisamos é de um Presidente que tenha orgulho de assumir aquela cadeira. Presidente da República não é brincadeira; Presidente da República tem que representar o País, independente de quem ganhou ou perdeu, mas tem que ter uma linguagem de coesão. Ah, mas não falavam que o outro lado tinha ódio? Quem é que está tendo ódio agora? Falar é fácil, mas executar, coordenar, administrar o País é muito simples quanto para eles, nesse linguajar chulo, bagaceiro, que ofende a sociedade brasileira.

Então, essa é a realidade. Integrantes do PCC, que foram para cadeias rígidas, em seguida vão estar numa cadeia normal e vão estar nas ruas. Fizeram campanha juntos. Nós estamos assustados. A população brasileira está assustada com a forma de se administrar um país do tamanho do Brasil, sem seriedade, sem respeito à sociedade e a favor da criminalidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, meus caros colegas, quem mandou matar Sergio Moro? Quem mandou matar Sergio Moro?

Não apenas Sergio Moro, mas diversas autoridades políticas e judiciais do nosso País. Aliás, meus parabéns à Polícia Federal, pela operação que desencadeou hoje, em diversos estados do País, desmantelando um dos ataques que talvez seria um dos maiores à democracia brasileira já visto na nossa história, um atentado à democracia, um

atentado à vida de agentes públicos, que podemos não concordar ou eventualmente podemos concordar com as suas opiniões, mas representam toda a sociedade no exercício de seus cargos. Lembra-me, inclusive, essa operação de hoje e tudo que estava sendo planejado, o que nós víamos acontecer, chegava até nós pelos jornais, pela imprensa, na Colômbia com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, aquela força que nós sabemos, aquela entidade que nós sabemos sobrevive de sequestro, de narcotráfico, que inclusive, vejam bem, tem respaldo político de muitos agentes públicos no Brasil. Quem mandou matar Sergio Moro? Isso tudo aconteceu um dia depois de uma declaração horrorosa, Ver. Cassiá, do Presidente da República, dizendo, quando questionado, quando ele estava na prisão, na cadeia, se ele estava bem. Ele disse: “Não, só estarei bem quando ferrar com Sergio Moro”, e não foi “ferrar” a palavra que ele utilizou. Aliás, a esquerda aqui reclamava, muitas vezes, com razão, das palavras grosseiras do ex-Presidente da República, mas agora que o amor venceu, vereador do PT, Oliboni, o amor venceu, aí as falas grosseiras do Luiz Inácio Lula da Silva não chocam mais vocês. É uma indignação seletiva que o PT tem com relação às palavras grosseiras do ex-Presidente e de Lula. E muitas vezes nessa tribuna aqui, meus colegas, subiram e questionaram, com razão, Ver. Robaina, quem mandou matar Marielle? Eu também quero saber, quero uma investigação firme, forte para saber quem está por trás do assassinato da nossa colega vereadora no Rio de Janeiro, mas quero ver a mesma indignação, quero o mesmo compromisso com a verdade de cobrar aqui, publicamente, quem mandou matar Sergio Moro e outros agentes públicos do nosso País. Felizmente, conseguiu-se desbaratar essa operação que estava acontecendo no nosso País; agora, o que está gritando até o momento é o silêncio do Presidente da República que teve ontem a sua verborragia de costume, falou o que pensa, falou de forma grosseira, dizendo que queria se vingar de Moro. E agora, onde está a fala de condenação do Presidente da República para este ato coordenado do PCC em todo o País para matar autoridades brasileiras? Aliás, vale aqui lembrar muito bem, Ver. Oliboni, do PT, que há gravações, inclusive, de membros do PCC dizendo que tinham operações e conversas cabulosas com o PT – lembram disso? – , conversas cabulosas com o PT que não conseguiam ter com o Sergio Moro, que não conseguiam ter com os juízes da Lava Jato, que estavam também operando no Ministério da Justiça o desmantelamento dessa organização criminosa, colocando seus principais líderes em presídios de segurança máxima e retirando eles de sua base de apoio. Então, mais uma vez, Sossmeier, fica aqui a pergunta: quem mandou matar Sergio Moro? Queremos saber também qual será e quando será a manifestação oficial do Presidente da República sobre essa operação do PCC que estava em andamento no País para matar autoridades brasileiras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Foram 80 fases, 244 ações penais, 1,9 mil buscas e apreensões, 350 prisões, 950 pedidos de prisão, R\$ 25 bilhões

devolvidos aos cofres públicos – sendo R\$ 6 bilhões apenas para a Petrobras. Esse foi o trabalho da Lava Jato, que o PT tenta condenar até hoje e persegue o Sergio Moro por ter tido a coragem de enfrentar o sistema naquele momento político tão conturbado pelo qual nós passamos no passado. Quem mandou matar Sergio Moro? Essa é a pergunta mais importante do dia. Ontem, o presidente Lula teve um ato falho durante uma entrevista dada ao vivo ao Brasil 247 – mais tendenciosa do que essa revista não existe, porque 247, somados, dá o número 13, assim como o novo juiz da Lava Jato, o novo juiz que cuida dessas ações, que doou R\$ 13,00 para a campanha do então candidato Lula. A gente quer saber: vai ter crime de responsabilidade contra o Lula? Vai ter apuração de crime de responsabilidade ou quebra de decoro para com o cargo maior da República? É isso o que todos os brasileiros de bem querem, porque, como foi lembrado aqui agora há pouco, existia um diálogo cabuloso do PT com uma facção que a gente sabe que não pode falar o nome, senão as redes sociais acabam bloqueando. Existe essa relação ou não existe? Existe uma intenção do atual PT, da atual cúpula do PT, de acabar com a vida e a carreira do Sergio Moro. Nós desconfiamos que sim, por isso a importância do Congresso Nacional, deputados federais e senadores investigarem a relação da declaração de ontem do presidente na entrevista dada ao Jornal 247 com esse suposto plano que foi desbaratado hoje, de matar o Sergio Moro e outras autoridades que combatiam o crime organizado no Estado de São Paulo. E tem uma pergunta muito interessante trazida pelo Ancapsu hoje que me chamou atenção: o promotor que fazia a pesquisa, a busca de informações para punir os traficantes de São Paulo estava sendo ameaçado também, e ele tinha, de maneira direta ou indireta, uma maior perseguição pessoal por parte dessa organização criminosa do Estado de São Paulo. Não que seja justificável, de maneira nenhuma, mas é compreensível que uma organização criminosa que está sendo perseguida queira retaliar o trabalho de um promotor que está fazendo o trabalho de perseguir essa organização criminosa. Mas qual é a relação dessa organização criminosa para com o juiz Sergio Moro? Não tem relação nenhuma, porque o Sergio Moro fazia perseguição a crimes de colarinho branco, que nada têm a ver com perseguição de crimes violentos e de tráfico de drogas. Qual é que é a motivação dessa quadrilha em perseguir o Moro? Aparentemente não teria motivação da quadrilha diretamente ao Moro. Quem é que pediu para essa quadrilha executar esse plano? Será que existe alguma outra relação que a gente não sabe? Fica aqui a pergunta. Então, sabendo que esse é o assunto mais importante do dia, não podia deixar de comparecer na tribuna para falar sobre isto: quem mandou matar Sergio Moro e qual a relação do PT com esse plano de assassinato do Sergio Moro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Professor Vitorino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Boa tarde a todos. Eu quero falar de Porto Alegre. Eu sei que o tema de hoje que todos os vereadores estão falando é a questão federal, mas eu quero trazer o assunto para Porto Alegre. Eu trouxe aqui um governo que poucos veem, porque os serviços feitos na orla do Guaíba, as

grandes avenidas de Porto Alegre, o centro, todo mundo circula, a imprensa vê, a oposição fala. E aí tenta se vender a máxima que o governo Melo é o governo dos ricos. Pois eu que moro na periferia e trabalho muito lá, quero mostrar uma coisa para vocês diferente do que é dito aí pela oposição ou pela imprensa. Vou começar mostrando ali, vocês estão vendo uma rótula que tem lá na Estrada Gedeon Leite, esquina com a Estrada Jorge Pereira Nunes. Aquele espaço de cima que vocês estão vendo ali era um grande foco de lixo, onde o DMLU já havia intervindo. Hoje isso é uma rótula adotada por um Centro Africano, lá do lugar, com uma imagem de Xangô, rei dos orixás, colocada ali, um lindo jardim que a sociedade cuida em parceria com a Prefeitura, lá na periferia.

Eu quero mostrar para vocês o bairro Serraria, Extremo-Sul, Vila dos Sargentos, segundo pior IDH da cidade; todas as ruas demandadas no Orçamento Participativo desse local estão pavimentadas, todas. Eu vou mostrar aqui para vocês, daqui a pouco, uma imagem do que é a Serraria.

Chácara da Fumaça, na zona Norte, oito acessos pavimentados, o que estava no OP, o que não estava no OP, o que era obra técnica, ninguém fala; poucos veem isso, mas o povo que mora na periferia sabe disso. É por isso que o governo está com 80% de aprovação nessa cidade. Graças a isso que ele faz lá, e quem não anda na periferia não vê.

Vamos ver o que é feito na Restinga; no Campo Novo, centro Sul, periferia, Lami, Ponta Grossa, 40 anos de atraso na Ponta Grossa, sem drenagem, sem asfalto. A realidade é outra. Por que eu trago todas essas questões aqui? Porque ninguém fala isso do governo. Tenta se vender uma máxima na imprensa, e eu ouço muito a oposição falar: Melo é o governo dos ricos, porque a orla está linda. Graças a Deus, está bonita, teve vários eventos esse final de semana aqui e no entorno. Mas também teve lá na Tuca, no Mascarenhas de Moraes. Isso a imprensa fala e a oposição fala, agora isso que a gente faz na periferia ninguém fala, porque tenta se vender, na grande mídia, a ideia de que o Melo é prefeito dos ricos. E eu digo para vocês que isso é mentira, isso é de quem é mal-intencionado e que quer vender uma imagem que não é real. Luiz, pode passar as imagens, por favor. Vou mostrar para vocês a gestão Melo, aquilo que pouca gente vê, ninguém põe nas redes sociais, a oposição não mostra. Gostam de mostrar quando encontram uma escola com grama alta - foi cortada no dia seguinte -, aí eles colocam a imagem. Bom, vou continuar falando para você, enquanto o Luiz localiza as imagens, porque eu gosto de ilustrar o que eu estou falando, porque contra fatos, se tu estás mostrando as imagens, não tem discussão. Eu tenho aqui imagens do bairro Serraria. Vocês estão vendo? Eu mesmo caminhei com prefeito Sebastião Melo, quando ele candidato a prefeito da cidade, nós caminhamos no meio do esgoto, caminhamos literalmente no esgoto. Hoje a população anda no asfalto. Eu não vou conseguir apresentar a vocês as imagens, infelizmente, devido ao tempo, mas o Belém Novo... Olhem aí Antônio Borges, no Belém Velho, antes e depois; a Vicente Monteggia sendo duplicada, o Morro da Cruz, que a oposição muito batia na gente pela falta de água no Morro da Cruz. Nesse verão ninguém falou nada, tudo feito em conjunto com a população, as lideranças participaram, distribuimos material de construção, caixa d'água, o Oliboni sabe disso. Passa para a próxima imagem, Jorge Pereira Nunes, no bairro Ponta Grossa, olha a praça revitalizada,

olha o asfalto colocado mais adiante. Vocês querem ver o que é a gestão Sebastião Melo? Pode passar, Luiz, volta na primeira imagem. Nós apanhamos muito, inclusive presencialmente no Morro da Cruz, quando não tinha água nas áreas irregulares de lá. Olha aí, na Serraria, olha esse foco de lixo, olha como é hoje, participação da população. Olha a imagem ao lado lá, olha aonde o Melo caminhou na campanha, olha como está hoje. Alguém mostrou isso aqui já? Alguém mostrou isso na imprensa? Não mostrou, porque isso não interessa. Esse é o governo Melo. O cara que aqui nesta tribuna foi chamado, dizendo que ganhava R\$ 21 mil para não fazer nada, é o cara que acorda às 4h30min, que nos cobra serviço às 23h30min, que fez aquilo ali que vocês estão vendo. Foi dito aqui que usava um chapéu para se disfarçar de trabalhador. Eu posso mostrar para vocês os vídeos de todas... da Chácara da Fumaça, do Recanto do Sabiá, da Vila Pantanal, lá no Cristal, onde ele mandou colocar caixas d'água, que não tinha. Aí, olha, essas caixas d'água. As pessoas ficaram sete dias sem água aí em outros governos. Então, só para restabelecer a verdade, eu pedi esse tempo. Obrigado, Cecchim, por ceder o espaço de liderança do MDB.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, estava escutando, o Vitorino está... Que amizade pelo Melo, que amizade! E o Vitorino é subsecretário de Obras, está fazendo propaganda das suas obras. Pois bem, vamos falar sério sobre o governo Melo nesse caso. Por que eu digo isso? Porque nós estamos hoje no Dia Mundial da Água e nós tivemos uma mobilização em Porto Alegre acerca disso na luta contra a privatização da Corsan e contra a privatização do DMAE. São dois projetos que estão em curso no governo do Estado e no governo municipal.

Eu queria saudar a presença de dirigentes sindicais, de funcionários do DMAE; no nome do camarada Edson, eu faço essa saudação a todos os funcionários do DMAE, o Edson é fundador do Simpa, na época, AMPA, se não me falha a memória; e também queria saudar os trabalhadores da associação do HPS que estão aqui conosco; no nome do Freitas, eu saúdo a todos. Nós estamos num momento grave, por quê? Um dos temas que Porto Alegre tem debatido e é uma pauta que o governo Melo tem trazido... Eu não vou aqui fazer um balanço global do governo, nós estamos com muitos problemas. Eu estava escutando, um dia desses, a intervenção do Alex. O Alex dominava - o Ver. Alex, do PSOL -, seis mil crianças estão faltando nas nossas creches, é uma demanda enorme, uma falta de vagas que não se justifica. Na saúde, são 100 mil pessoas querendo consulta, e as pessoas ficam 500 dias esperando. O governo diz que está tudo bem, e tem vereadores que vêm aqui fazer discurso... Eu estou muito preocupado com a questão da privatização do DMAE, porque isso não é obra que vai trazer só prejuízo imediato, é um ataque estrutural à cidade de Porto Alegre, é uma mudança qualitativa! Já faz algum tempo que o DMAE vem sendo sucateado, isso é um fato. O DMAE é uma empresa que foi criada em 1961, e o nível de investimento que o DMAE tem na cidade é enorme; Porto

Alegre tem uma enorme fábrica, uma fábrica tremendamente produtiva, com 60 anos de investimento, que tem garantido, como saiu no jornal Sul21... Eu me permito inclusive ler um artigo do núcleo do DMAE, do Conselho de Representantes Sindicais do Simpa que deixa claro que hoje o Departamento atende praticamente 100% da população através do sistema de abastecimento de água, com capacidade superior a 200 mil metros cúbicos de reservação e mais 200 milhões de litros de água produzidos ao ano; são 4 mil quilômetros de rede, 280 mil ligações, 38 mil ramais com tarifa social e mais de 730 mil economias. Por que eu digo isso? É muito investimento já feito na cidade para ser entregue para iniciativa privada. Fica muito fácil investir assim, já há uma acumulação de capital social que, com a privatização do DMAE, será desprezada, e o governo Melo quer fazer essa pauta, como fez a pauta da saúde. Sobre a pauta da saúde, ao invés de o governo tratar de resolver as enormes filas que fazem com que as pessoas fiquem esperando 500 dias, o governo fica o tempo inteiro preocupado em como privatiza os postos de saúde, em como destrói o IMESF; agora, parece que o governo está preocupado em como destrói o DMAE, em como desqualifica o DMAE para privatizar, para fazer negócios! Eu não tenho a menor dúvida que é para fazer negócios, porque não é possível que nós tenhamos um governo que não veja o patrimônio acumulado que nós temos em mais de 60 anos de investimento público. Isso é gravíssimo, essa não é só uma pauta de esquerda, não é à toa que nós, já no governo Marchezan, porque essa pauta do Melo é a mesma pauta do governo Marchezan; na época do governo Marchezan, eu não me lembro em que ano, nós tivemos mobilizações em defesa do DMAE que reuniu desde o Guilherme Barbosa, que foi presidente, engenheiro do PT, com o vereador que foi prefeito de Porto Alegre, do PP, o João Antonio Dib; o Dib ia nas manifestações. Mas por que o Dib ia nas manifestações? Por que o Dib é um tipo de político formado na tecnocracia, que sabe que o Estado tem importância, e que sabe que quando o Estado investe, quando o Estado tem capital social, não se pode entregar simplesmente para a iniciativa privada, como é o projeto do Melo. É um absurdo isso.

Os funcionários do DMAE, Presidente Hamilton, o que eles estão reivindicando, Bosco, é o seguinte: vamos fazer um debate público sério; vamos discutir qual é a situação do DMAE, o DMAE tem lucro, não tem lucro... Quais são os planos? Faz dez anos que tem plano de aumentar os investimentos e de discussão sobre o que deve fazer o DMAE, e o governo não abre esses planos para a sociedade debater. Tem vários estudos feitos, e o governo não abre para a sociedade debater esses estudos. Simplesmente querem vender a solução mágica, fácil, de que agora nós vamos universalizar o serviço com a privatização, quando, no mundo todo, o que se viu foram experiências de privatização que fracassaram, e o Estado teve que retomar o serviço; no mundo todo. Mas Porto Alegre vai entregar um patrimônio, que eu acho suspeito, e com isso conluo, eu acho que é o maior patrimônio que a cidade tem; o maior nível de investimento que nós tivemos na cidade é o DMAE, e é o DMAE ... Nós estamos vendo a Carris. O que o governo está fazendo com a Carris? Liquidando a Carris, mas o DMAE é mais difícil de remontar, depois que entregar para a iniciativa privada e que for destruído o patrimônio social que nós temos, fica mais difícil reconstruir.

Por isso é um apelo que nós fazemos, e concluo, Presidente, que se debata de verdade, que se façam audiências públicas, que se façam discussões, que se tragam os engenheiros do DMAE, os técnicos do DMAE, e que não se venda essa solução mágica, fácil e falsa de que a privatização resolve. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Sossmeier, colegas vereadoras e vereadores, pessoal que está nas galerias, especialmente a companheirada do DMAE, legal, sejam muito bem-vindos. Hoje é o Dia Mundial da Água, esse recurso natural essencial para nossa vida, e eu quero falar exatamente do nosso Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre, o nosso DMAE, que é orgulho de Porto Alegre, registrando que sempre foi e é superavitário, dado certo. Portanto, isso comprova que, nos últimos dez anos, o DMAE, que perdeu 43% do seu efetivo de servidores, e ainda por cima, nos últimos três anos, teve que assumir as funções do esgoto pluvial, que antes era do DEP, vem demonstrando que é um projeto de desmonte. Cem por cento de Porto Alegre hoje é atendida pela rede de água de um serviço de qualidade e que é referência no Brasil. Eu queria chamar a atenção dos meus vereadores, eu acho que eu devo estar atrapalhando um pouco aquela reunião ali no meio, e eu queria chamar-lhes a atenção para a gravidade do problema que Porto Alegre está passando. Se fosse uma gestão eficiente, que defendesse, de verdade, os interesses dos porto-alegrenses, e que tivesse o interesse público como referência, sem dúvida, iria cumprir com o marco legal do saneamento, através de financiamentos internacionais, e atingiria a meta para tratar de mais 90% do esgoto até 2030. A Estação de Tratamento de Esgoto da Serraria é uma das maiores da América Latina, com uma capacidade de 2.700 litros por segundo. Portanto, privatizar o DMAE, que é um desejo do Melo, quero dizer aos amigos – eu tenho que afirmar – que os lugares onde o saneamento foi privatizado o serviço ficou pior e mais caro. A água é preciosa e o DMAE é um patrimônio dos porto-alegrenses. Eu queria, Presidente, colegas vereadoras e vereadores, ficar neste tema da água, mas a vida nos atropela e eu preciso aqui registrar a greve dos trabalhadores da empresa Zanc, que desde o dia 10 deflagraram a sua greve. Eu estive lá visitando a manifestação dos grevistas, que estão, Ver.^a Mari, sem receber o vale-alimentação, o vale-transporte, o próprio salário está atrasado há meses. E ouvi o relato de mulheres que vão trabalhar sem comer, porque o pouco que conseguem ter deixam em casa para os filhos; e que algumas das colegas trazem um pouco a mais para dividir com elas. Quando nós falamos em trabalho precário, Sr. Presidente, é sobre isso que nós estamos falando. Desde 2017, quando o Temer abriu a porteira para as terceirizadas, nós acabamos tendo que falar em trabalho análogo à escravidão, em trabalho precarizado, em atrasos de salário, chegar a atrasar vale-alimentação e vale-transporte, além do salário! Não bastasse isso, as funcionárias, grande maioria mulheres, terem que trabalhar numa sala fechada, sem ar-condicionado. Eu chamo a atenção exatamente porque essas trabalhadoras prestam

serviços, nada mais, nada menos, do que para o Banrisul, para a Claro/NET - empresas que deviam nos orgulhar e respeitar pelo menos a legislação, as leis do trabalho. Por isso, para concluir, Presidente, eu quero aqui manifestar a minha total solidariedade, a solidariedade da nossa bancada do PCdoB, do Ver. Giovani e minha, para com essas funcionárias da empresa Zanc. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, a gente assiste e ouve cada coisa aqui. Por exemplo, Ver. Robaina, o DMAE, teve que o prefeito Melo intervir para levar água lá em cima do morro, é o mesmo DMAE que o senhor defende, eu também acho que é importante, a água é invendável, como dizia o nosso Claudiomir. Mas os serviços, o esgoto, a cidade de Porto Alegre tem condições de tratar 70%, 80% do esgoto, está tratando 40%. Por que isso? Com o DMAE público. E nós não estamos falando aqui de privatizar a água, estamos tentando privatizar aquilo que pertencia ao DEP, que é o pluvial. Nós estamos cheios de enchente, estamos aqui tentando levar água para todos, não vender a água do DMAE, o DMAE vai continuar tratando a água sem problema nenhum. E eu gostaria que o senhor fizesse, com todo o respeito que eu tenho, o senhor não falou em nome da oposição, falou em nome do PSOL, que o senhor retirasse que o senhor tem certeza que é para fazer negócio. No governo Melo não tem negócio, e, se descobrir qualquer negócio, ele é desfeito. Então, eu gostaria que, dentro da relação harmônica que nós temos aqui, divergências de ideias, mas isso eu achei que não dá. Gostaria que o senhor dissesse que os negócios a que o senhor se referiu não são negócios escusos, porque isso não acontece, está bem? Eu lhe dou o aparte, mesmo que seja meio antirregimental.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Ver. Cecchim, que é o líder do governo, eu não fiz nenhuma acusação de que são negócios escusos. O que eu estou dizendo, isso sim, é que são negócios; e os negócios no que dizem respeito à água, não devem ser aceitos, porque eu acho que nós precisamos preservar o serviço público e não fazer negócios com ele, o que não quer dizer que sejam negócios escusos. Mas são negócios cuja finalidade é garantir o lucro para aqueles que vão ter o contrato vencido.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Aceitei sua retratação e agradeço, porque o governo Melo não tem negócios escusos mesmo.

E eu acho que, Ver. Oliboni, eu o Ver. Tiago estávamos brincando com V. Exa., que o senhor levou a água para o morro, mas como um milagre, não como política – como milagre –, porque, na política, foi o prefeito Sebastião Melo que subiu... o senhor estava lá, eu também, e muitos vereadores estavam lá, foi a intervenção do prefeito que fez com que mais de 400, 500 famílias tivessem água nesse verão. Graças a Deus, nesse verão enorme, porque foi comprido e muito quente, o povo do Morro da Cruz teve água.

Nós temos que separar o que é politicagem e o que é política pública. Nesse governo se faz política pública.

No DMAE, no caso do esgoto, a cidade de Porto Alegre necessita que se trate o esgoto. E todos esses anos do DMAE, que é uma autarquia importante, ninguém tira essa... quanto à água, mas, no esgoto, está devendo muito, e não tem recurso para fazer aquilo que o Marco Regulatório exige, que se trate o esgoto da cidade. Nós vamos fazer isso da maneira que for legal, legítima, mas não importa que seja concessão. Não vai ser vendida a água, mas para o esgoto e para o pluvial, é necessário que se faça uma concessão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial, os trabalhadores do DMAE que estão muito preocupados, sim, com a ideia de o governo ter anunciado já que os três projetos prioritários deste ano, ou deste semestre, serão o Plano Diretor, a concessão do DMAE e a retirada da licença-prêmio. Foi o governo que falou isso e, agora, a base do governo está negando, através do seu líder, Ver. Idenir Cecchim, está dizendo que não será privatizada. Veremos, porque só o fato de o DEP ir para o DMAE já me sinaliza alguma coisa. Não é por acaso que muitos governos, no seu coração do debate, para um determinado grupo que comanda a política do seu governo, ele organiza a ação de privatização, de terceirização, redução do poder público para poder entregar para quem? Para a iniciativa privada, como aconteceu na saúde, como aconteceu na educação e como acontece no dia a dia aqui do Parlamento, quando aprovamos projetos que são contratos temporários. Por que não sai concurso público? Nós temos a maior estima e consideração pelo DMAE, pelo quadro de servidores, mas a demanda é tão grande, que grande parte dos serviços são de empresas terceirizadas. Por que não valoriza o seu quadro? Por que não abre concurso público? Por que não demonstra que o DMAE é, sim, uma autarquia superavitária e importante para a vida do cidadão, ou senhores querem fazer como fez o Eduardo Leite, entregando a Corsan? Olha o preço da água para onde está indo; entregando a CEEE, olha o preço da luz para onde está indo, e o servidor público, o trabalhador, continua ganhando, no máximo, o reajuste do INPC, inclusive, no governo anterior não ganhou nem o INPC o servidor público. Vamos falar aqui a verdade: muita gente fica com uma ciúmeira grande, com o Lulinha paz e amor; o Cassiá, então, está apaixonado pelo Lula. Ele vê o Lula lançando o Bolsa Família; ele vê o Lula lançando o Minha Casa, Minha Vida; ele vê o Lula dizendo que não será mais privatizada a Petrobras nem os Correios, e fica indignado, porque essa turma anterior, bolsonarista, queria entregar a função de Estado para a iniciativa privada. Essa que é a grande verdade, e é por isso que vamos aqui debater projetos. O que fez Bolsonaro ao longo de quatro anos, um governo negacionista, fascista, capitalista, que entregou o estado brasileiro, agora começou aparecer, e parte da turma

dele – espero que os colegas não sejam tão fanáticos como os defensores do Bolsonaro – , uma grande parte da turma dele, que estava acampada em frente aos quartéis, vocês sabem qual é o fim que está dando, e não somos nós que estamos condenando, é o Supremo Tribunal Federal, inclusive, agora, há poucos dias, liberou mais uma turma, mas imaginem um cidadão sendo usado por essa turma, ter que usar tornozeleira. Por favor, isso mostra tamanha ousadia que os senhores estavam apoiando, de um governo fascista, e que nós não queremos mais ver esse filme nem aqui, nem lá e em nenhuma parte deste Brasil ou deste mundo. Portanto, Ver. Cecchim, temos convergências em muitas pautas, mas temos profunda de divergência quando, na verdade, se entrega o capital social, que é o bem público, para a iniciativa privada, porque ela não entra nesses negócios para perder dinheiro, ela entra para ganhar. Por isso, neste Dia Mundial da Água, queremos dizer, sinceramente, que queremos a água como um bem humano, não com mercadoria – o senhor me desculpe. Viva o servidor público, viva a água, viva o patrimônio que está a serviço da redução da desigualdade do povo brasileiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara; o bom de ser independente é que a gente pode falar a verdade aqui, mas, primeiro, Ver. Moisés, eu me sinto ingênua ao entrar na política e, como todos sabem, estou há dois anos como mandatária, conhecendo a política, que nós vivemos uma cidade de 1,5 milhão de habitantes; vemos aqui que os discursos foram de um lado para o outro, falando dos funcionários do DMAE, que a água é nossa, mas não falaram dos pais e das mães que não conseguem levar seu filho na escola porque falta água, não falaram das mães que, por questão do saneamento, têm seus filhos ficando adoecidos e não conseguem ter sua vida ativa regularmente, não falaram sobre a vida desse 1,5 milhão de porto-alegrenses. Nós vimos um debate no Dia Mundial da Água ser reduzido a uma autarquia. Eu agradeço aos colaboradores do DMAE e a toda equipe técnica – sabemos a seriedade dessa autarquia para o Município, mas nós não podemos reduzir o debate da água a uma autarquia; nós temos que ampliar o debate da água para como levaremos para cada cidadão de Porto Alegre o que ele precisa, a água potável e saneamento adequado. Eu quero dizer isso, e aqui a gente sabe que estamos há dois anos com essa pauta parada – que é um tema prioritário para cidade; nós não conseguimos encontrar o esgoto em grande parte da cidade, a solução que nós temos para o Morro da Cruz, Ver. Oliboni, não é a solução da cidade, é uma mitigação de dano, porque não mudou a realidade no Morro da Cruz. Nós temos caixa d'água no Morro da Cruz, mas nós não temos a água adequada indo para o Morro da Cruz. Os filhos da Zona Leste não conseguem saber se eles vão para festa hoje de noite, se terão banho, não sabem se amanhã, para primeira entrevista de emprego, estarão cheirosos e lindos para irem para aquele primeiro desafio, que é ir para a entrevista de emprego. É sobre isso que deve ser o debate sobre a água, não deve ser sobre uma

proteção de uma autarquia, de um modelo de negócio, e sim sobre como entregaremos a solução e o serviço para a população. E o que nós sabemos, vereadores, e aqui fala uma pessoa que gosta muito de finanças, é que isso tem valor, são R\$ 4 bilhões para a gente conseguir encontrar esgoto em toda a cidade e entregar água para toda a cidade. São R\$ 4 bilhões, Ver. Cecchim, a gente não acha na esquina; R\$ 4 bilhões, mesmo que o DMAE quisesse, ele não conseguiria botar em obras públicas para entregar o serviço de saneamento necessário. Nós precisaremos lutar muito para conseguir, em dez anos, chegar no marco do saneamento. Então a gente precisa trazer esse debate sério sobre a água para o que a gente precisa neste Parlamento, como cada um de Porto Alegre poderá ter acesso à água e ao sistema de esgoto. Eu gostaria de convocar os vereadores a estudarmos sobre o tema, a criarmos uma comissão para debater o tema, a irmos a locais que já tenham o tema evoluído e tentarmos ver as melhores práticas. Eu tenho certeza que não temos como solucionar tudo sozinhos, mas temos como começar. O Ver. Gilson Padeiro sabe da dificuldade do Extremo-Sul, sabe que lá, mesmo ao lado do rio, a água não chega; sabe que o governo dele deixou um projeto pronto há dois anos que ainda não foi votado aqui. O que nós precisamos é de pressa, e eu considero que essa pauta não é de direita, não é de esquerda, é de todos nós. Então eu gostaria de reforçar, e aqui, Presidente, deixaria o encaminhamento da minha fala: que a gente faça uma comissão de vereadores; vamos a Niterói, vamos conhecer o modelo que Niterói implementou – vamos ver como é que funciona a tarifa social também da água –, que conseguiu levar para as regiões mais pobres a água, e conseguiu fazer isso via PPP. Vamos ver quem são os parceiros que estão no jogo, mas não vamos mais esperar. E aqui vai o meu ponto para o governo Melo: estamos há dois anos esperando, e esse tema deve ser prioridade, deve ser prioridade em 2023. Vai meu ponto para a oposição: quando defender a água, Ver.^a Abigail, lembre dos pais e das mães, lembre de cada uma dessas mães que dependem dessa água. Eu sei, autarquia são três mil funcionários; eu sei que, muitas vezes, o modelo da esquerda gostaria de ter tudo estatal, mas a gente sabe que não é realidade, tanto que os próprios governos da esquerda privatizaram, como eles dizem, a água, ou seja, trouxeram parceiros privados para ajudar. Então vamos abraçar essa demanda como sendo uma demanda da cidade e vamos evoluir o discurso para cada um dos 1,5 milhão de habitantes de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Angelica Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA ANGELICA PINHEIRO (SD): Boa tarde à Mesa, ao Presidente, Ver. Hamilton; aos vereadores e vereadoras e a todos na plenária. É com muita emoção e carinho que inicio minhas palavras com gratidão a Deus, que me deu saúde, serenidade e determinação para chegar até. Gratidão a minha família, ao meu marido Gerson, a minha mãe Maria Dalvanira, aos meus filhos Rodrigo, Luiz Gustavo, Gerson William, Henry Nobre, às minhas noras Katryna, Luana e Samara, e a todos os meus eleitores que confiaram o seu voto a mim, a minha pastora Vanessa. Eu quero agradecer

a todos os meus amigos, pois juntos a mim e comigo, a gente é mais forte, a gente consegue hoje estar aqui representando a mulher negra e periférica que passa por muitas discriminações pelo fato de ser mulher, mas principalmente pelo fato de ser negra. Eu quero agradecer à família Carvalho Nobre, que também me ajudou, mas quero agradecer principalmente ao presidente do Solidariedade/Rio Grande do Sul, Ver. Claudio Janta, por me oportunizar estar aqui. Um pouquinho de quem sou eu: meu nome é Maria Angelica, mas eu sou conhecida como Angelica do Postinho, e minhas lutas são pela saúde, pelo cuidado do idoso, pela violência familiar e comunitária e pela segurança alimentar. Acredito que devemos ter um olhar especial para as nossas crianças e os nossos jovens no sentido de garantir educação e oportunizar a qualificação profissional, pois só assim poderemos encaminhá-los para um futuro cidadão do bem, diminuindo e muito o índice de criminalidade e vulnerabilidade social. Hoje ouvi aqui alguns relatos da questão da nossa violência, e eu acho que este é um dos caminhos para minimizarmos essa grande violência que está aí só aumentando e aumentando, é educando os nossos jovens e as nossas crianças a serem cidadãos de bem. Eu, como mulher negra e periférica, hoje tenho o maior orgulho de estar aqui representando todas as guerreiras, porque mulher periférica é mulher guerreira, ela levanta todo dia para matar um leão por dia, para administrar o salário mínimo e sustentar uma grande família na fila do posto, muitas vezes sem conseguir dar banho no filho, porque na casa não tem infraestrutura básica. No bairro Restinga, onde eu nasci e me criei, nós temos muitas ocupações sem esse direito. E essas mulheres guerreiras vão lá, vão para luta, enfrentando a discriminação racial, a discriminação por serem mulheres e lutadoras. Então hoje eu venho aqui agradecer muito a Deus e agradecer a todos que confiaram em mim para estar representando estas mulheres nessa plenária e dizer para todas as guerreiras porto-alegrenses: lugar de mulher é onde ela quiser, e aqui é o lugar de todas. Muito obrigada a todos, vereadores e vereadoras presentes e espero contribuir bastante para os projetos aqui apresentados. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, Ver. Hamilton Sossmeier, nosso Presidente, agradeço a possibilidade de me manifestar em tempo de liderança de oposição, a todos os vereadores e vereadoras que ocupam as bancadas dos três partidos que compõem esse bloco: PT, PSOL e PCdoB.

Hoje é Dia Mundial da Água. Água, bem precioso, não existe vida como a conhecemos sem essa substância. E o acesso à água tratada e de qualidade é requisito básico para a nossa sobrevivência. Esse bem, esse direito pode estar sofrendo uma severa ameaça no Município de Porto Alegre. As falas que me antecederam debateram justamente essa questão. Não vou entrar na seara do debate de que o modelo que possa estar sendo apresentado em breve pelo prefeito Sebastião Melo é de privatização ou concessão. No final das contas, dá no mesmo, reduz e restringe o acesso a esse bem

precioso à população mais pobre e vulnerável da cidade de Porto Alegre. São inúmeros os exemplos de cidades que fizeram privatizações ou concessões dos seus serviços de coleta, tratamento, distribuição de água potável e que deram errado. Nós precisamos aprender com essas experiências ruins para não incorreremos no mesmo erro, a água ficou mais cara e mesmo assim não houve melhoria do abastecimento para a população. E não é isso o que nós queremos para o Município de Porto Alegre; o que nós queremos é que a água seja acessível. E o DMAE oferece tarifa cidadã a preços módicos para a população mais vulnerável e carente desta cidade. Portanto, precisa ser mantido público, sim. A Ver.^a Mari Pimentel sobe aqui na tribuna e busca o exemplo de Niterói. Vamos estudar o exemplo de Niterói, mas também, Ver.^a Mari Pimentel, vamos estudar os exemplos de Berlim, de Paris que lá na década de 90, naquela onda e loucura privatista, também privatizou os serviços de tratamento e distribuição de água e agora voltou atrás. Por quê? Porque não melhorou o serviço e encareceu o custo desse bem precioso. Precisamos aprender com isso, com os graves erros, para que não se repitam aqui na capital dos gaúchos. Neste Dia Mundial de Água deixamos um alerta: o DMAE é um bem precioso, gera anualmente um grande superávit aos cofres da cidade. O Ver. Cecchim, líder do governo, chega à tribuna e diz que nós poderíamos, sim, ter avançado muito mais em termos de tratamento de esgoto, e eu concordo plenamente com isso, Ver. Cecchim, poderíamos ter, sim, avançado e muito, e nós devemos avançar, porém os recursos que são captados pelo DMAE são utilizados também em outras áreas estratégicas e importantes da nossa cidade. Eu não vejo racionalidade em tu venderes uma grande fonte de recursos para nossa cidade, que podem ser aplicados em outras áreas que também são essenciais. Conceder os serviços e dar ao capital privado as receitas que poderiam ser reinvestidas na nossa cidade é irracional, é insano. O DMAE teve, no último quadrimestre do ano passado... O DMAE tem R\$ 300 milhões em aplicações. Esses R\$ 300 milhões devem ser reinvestidos. Se fosse vontade do prefeito fazer o reinvestimento no tratamento do esgoto cloacal, nós teríamos avançado, e muito, nesse quesito. Portanto, o que falta é gestão, gestão da água, gestão da saúde pública através do tratamento de esgoto e ampliação das redes. Uma boa tarde, agradeço o espaço de liderança de oposição aos nobres vereadores do bloco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia, que está *on-line*, está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Obrigada, Presidente Hamilton, quero cumprimentar o senhor e os colegas vereadores e vereadoras; estou aqui atentamente ouvindo todos os vereadores e colegas que fizeram uso da tribuna em liderança, todos falando a respeito da água, da importância da água para a vida de todos nós. Eu quero fazer um convite, esse é o pedido de questão de ordem que eu trago a todos, para que nós possamos estar no dia 12 de abril, a partir das 19h30min, aí mesmo, no Plenário Otávio Rocha, para escutarmos uma palestra com Bernardo Santoro, ele, que foi o responsável pela concessão do saneamento do Rio de Janeiro, para que nós possamos aprender como

aconteceu no Rio de Janeiro e possamos fazer um debate qualificado. Já fica aí a fala desta noite que nós teremos com o palestrante Bernardo Santoro e outros tantos que virão, para que nós qualifiquemos o discurso sobre a água e possamos ter uma tranquilidade ao votarmos o projeto, logo ali na frente, sobre o DMAE. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Hamilton, demais vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; eu nem ia me pronunciar hoje, mas vendo os pronunciamentos dos meus colegas, os vereadores que me antecederam, Ver. Bobadra, do meu partido, o PL, eu resolvi vir falar porque eu discordo de algumas coisas, e aí, se tu não falas, parece que estás concordando com as falas que te antecederam. Em primeiro lugar, falou-se aqui sobre a privatização do DMAE e a privatização da saúde no Município de Porto Alegre. Quero dizer que eu acho que, sem dúvida nenhuma, devo ter sido o primeiro vereador a ter ido, na legislatura anterior, na frente de um posto de saúde defender o sistema que hoje está se implantando na cidade de Porto Alegre dos postos de saúde, em que foi feito um chamamento público e a cidade hoje foi dividida em quatro regiões onde nós temos postos de saúde. Hoje o serviço é prestado pela Santa Casa, pelo Divina Providência, pelo Vila Nova e IB-Saúde, e eu quero dizer que, no início, quando foi implantado, eu fui muito atacado por muitos vereadores e por alguns militantes da saúde, que se dizem militantes da saúde, mas eu digo que militante da saúde é aquele que milita para melhorar a saúde e não para arrecadar votos da saúde. Nós temos aqueles que militam na educação, mas não defendem a melhor educação para o aluno; militam pela saúde, mas não defendem a melhor saúde para a população. Cansei de ser atacado porque os postos iam privatizados e a saúde ia ficar ruim; hoje se vê que os postos de saúde que são atendidos pelas organizações sociais melhoraram o atendimento para a população e muito, e a população hoje está feliz porque não faltam médicos nos postos, o atendimento está melhor. Naquela ocasião, quando se terminou com o IMESF, faz-se uma confusão na cabeça das pessoas, até dos vereadores, porque, quando foi criado, alguns partidos eram contra a criação do IMESF; foi criado, e esses partidos, junto com os sindicatos, entraram na justiça e ganharam para terminar com o IMESF, eles eram contra terminar com o IMESF. Aí veio a solução do chamamento público, que está funcionando hoje e está funcionando muito bem. Isso gera uma confusão na cabeça das pessoas, Ver. Moisés. Agora então a saúde está demonstrando que está funcionando e os postos de saúde estão funcionando bem.

Quanto ao DMAE, alguns vêm aqui e falam que vai privatizar o DMAE. Bom, por enquanto nem chegou o projeto na Câmara de Vereadores. Eu, particularmente, como já defendi na saúde, sou favorável às concessões, e nem acredito que o prefeito vai querer privatizar o DMAE. Acredito que vai ser uma concessão de parte do DMAE, de algum serviço do DMAE. Eu vou aguardar o projeto chegar na Câmara para estudar o projeto, discutir aqui, ouvir as pessoas para depois tomar a minha decisão. Agora, os vereadores já são contra antes mesmo de chegar o projeto de lei na Câmara? Acho que

nós teremos um grande debate, e temos condições de ver o que aconteceu sim no mundo, como alguns vereadores falam. Mas, no mundo, no Brasil, em vários locais já se faz concessões de água, de luz. Algumas funcionam, outras não funcionam, pois bem, vamos ver o que o prefeito vai apresentar para a Câmara de Vereadores, para que a gente faça o debate. Agora, sempre é bom dizer, para as pessoas que nos assistem em casa, que privatização e concessão são coisas diferentes. Privatizar é vender; concessão é conceder por um determinado período uma parte ou um todo de uma empresa, e é isso que eu acredito que vai acontecer na cidade de Porto Alegre, e eu quero ver o projeto.

Quero fazer também, meu amigo Oliboni, que está prestando atenção aqui enquanto eu falo. Ver. Oliboni, o senhor tome cuidado, porque hoje o seu partido não é só oposição, o seu partido ganhou uma eleição e preside o País, e o senhor está falando aqui que é totalmente contra as concessões, e, pelo que eu escutei, até mesmo pela mídia, o seu Presidente da República – o nosso Presidente, infelizmente, da República – está viajando para a China, junto com vários ministros, para discutir concessões do Brasil com a China. E aí o senhor vai defender as concessões do Presidente Lula ou também vai ser contra? Então, muito cuidado, porque as concessões são algo importante para o Brasil, para Porto Alegre, e, sim, devemos discutir quais os tipos de contrato e como fazer uma boa concessão para que a população seja beneficiada e não algumas pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):(15h45min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação para que, logo após a discussão e votação do PLL nº 367/22, passemos à discussão e votação do PLL nº 291/22. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego processo SEI nº 154.00002/2023-31, de autoria do Ver. Engº Comassetto, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reunião sobre a retomada de programas habitacionais em Porto Alegre, em Brasília-DF, no período de 21 a 23 de março de 2023.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Giovani Culau e Coletivo e Biga Pereira, ao PLE nº 009/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 009/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCE nº 011/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 011/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0730/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 367/22, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Giovani Cherini. (SEI 222.00074/2022-18)

Parecer Conjunto:

- da CCJ e CECE. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 367/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0565/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 291/22, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Carlos de Moura Junior. (SEI 023.00034/2022-03)

Pareceres:

- da CCJ. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 291/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**. Parabéns, Ver. Cassiá.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0165/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/23, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Auxiliares de Farmácia, Biomédico, Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos Especialistas e Técnicos em Enfermagem, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a Operação Inverno de 2023. (SEI 118.00293/2023-01)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01 (destacada), do Ver. Giovani Culau e Coletivo (Líder da Bancada do PCdoB) e da Ver^a Biga Pereira;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLE nº 009/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu queria chamar aqui a atenção dos colegas, especialmente das colegas: este projeto que vem do Executivo pede a autorização desta Casa para contratação temporária de profissionais da área da saúde para atender demanda excepcional de inverno, certo Ver. Cecchim? Eu confesso que estranhei muito, pelo Executivo ter encaminhado, e pela relatora, Ver.^a Cláudia, dar a inexistência de óbice a essa questão. Eu quero crer que passou despercebido o Executivo encaminhar tal matéria, porque, do contrário, Ver. Cecchim e Ver. Ferronato, eu me sinto envergonhada, para não dizer aviltada, com tal proposição. Primeiro, porque eu defendo concurso público, eu quero que se faça concurso público para atender a nossa comunidade, especialmente nessa área, que é a área da saúde, tão sentida. Segundo, que seria importante para o ano todo e não somente para o inverno, porque nós sabemos dos “chicungunha da vida”, da dengue, tão importante que se ataque, da influenza, do rotavírus, inclusive, para questão de acompanhamento da questão vacinal, ou seja, se eu tenho todo esse trabalho durante o verão, as outras estações do ano, certamente vou chegar no inverno em melhores condições de enfrentar as doenças de inverno. O mais fundamental que queria chamar a atenção aqui de vocês é em relação à questão de que, neste projeto do Executivo – ele coloca, no seu artigo 11, a proibição da contratação de mulheres grávidas. E aqui há um óbice, aqui há um óbice legal, não pode esta Casa dizer que ele é constitucional. Eu levanto aqui, Ver.^a Cláudia, que esta situação configura crime. Isso, não sou eu que estou dizendo, isso está previsto na [Lei nº 9.029/95](#), que prevê prisão, inclusive, prevê multa, inclusive da empregadora, no caso das nossas terceirizadas, e de quem subsidiariamente responde pela contratação. É uma vergonha para nós, que ocupamos essa tribuna por diversas vezes para levantar aqui, Ver.^a Angelica, exatamente o debate das demandas das mulheres. Quando nós conseguimos levar para lei; é outra luta para levar para a vida, por que embora exista lei, recebemos do Executivo uma proposta como esta, proibido mulheres grávidas de serem contratadas, exatamente no momento em que mais precisam de um emprego; portanto, Ver.^a Cláudia, eu chamo a atenção sobre o crime previsto na lei; portanto, é inconstitucional. Eu solicito, Ver.^a Cláudia, a sua lucidez política e como mulher, que nós não podemos, aqui nesta Casa, ter um ato tão discriminatório, misógino, porque ofende todas nós, mulheres, quando sabemos do desemprego. E, quando a Prefeitura, que não chama concurso público, quer autorização para contrato temporário, e ainda proíbe para que as mulheres grávidas possam ser contratadas. É aviltante, é aviltante a todas nós; por isso, Presidente, eu ocupo esta tribuna para pedir que esta Casa assuma a sua responsabilidade diante de uma situação tão grave como esta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadoras, vereadores, público que nos assiste, na verdade, eu subo a esta tribuna para dar um retorno para a Ver. Biga com relação à menção que ela fez à minha relatoria no projeto. Na verdade, a relatoria é favorável pela inexistência de óbice ao projeto do Executivo, e não à emenda da Ver.^a Biga. Para esclarecer aqui: a gente dá o parecer ao projeto, e não às emendas, as emendas entram depois, só para deixar bem claro. Segundo, foi trazido que tem jurisprudência nesses casos. A jurisprudência apontada para mim foi de que a trabalhadora engravidou depois de contratada, aí tu tens que manter, porque a legislação diz isso; agora, tu não tens como contratar uma lactante, uma gestante, antes, num processo, num local que é insalubre. Aí nós estamos tendo discriminação, nós não estamos protegendo as mulheres, e nós precisamos proteger as nossas mulheres; então o discurso está invertido nessa situação. Eu sou contrária à emenda da Ver.^a Biga e favorável ao projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton; colegas vereadores e vereadoras, o projeto de lei, Ver. Cecchim, líder do governo, é um projeto meritório, importante para a cidade. Todos os anos, com exceção do ano passado, nós votamos aqui a absorção, por um determinado tempo, de um número significativo de trabalhadores da área da saúde – médicos, farmacêuticos, técnicos de enfermagem, enfermeiros. É a operação inverno. Por termos um clima, aqui no Sul, com temperaturas muito baixas no inverno, nós precisamos de uma operação mais consistente em algumas regiões da cidade para poder absorver a demanda, crianças com pneumonia e assim por diante, ou adultos, ou mais idosos também. Então é preciso aumentar os efetivos nas unidades saúde para absorver a demanda que é maior. Óbvio, o governo está correto no projeto de lei em si, mas comete algo muito grave - como a Abigail traz aqui - no artigo 11, quando diz o seguinte: “Fica vedada a contratação, para as funções públicas de que trata esta lei, de pessoas gestantes ou lactantes.” E aí nós vamos verificar a lei, que diz o seguinte, nobre Líder do governo, e isso é importante porque nós podemos adiar esse projeto por uma sessão, ou o governo pode incorrer aqui numa enorme ilegalidade que pode até o processo em si, ou projeto, não ter validade, ou será anulada judicialmente. A conduta consistente em impedir que uma pessoa candidata seja admitida no emprego público por estar grávida é tão grave que a exigência de exames que demonstrem se está grávida configura crime previsto no art. 2º da Lei nº 9029/95: “Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias: I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo,

atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez”. A pena: detenção de um a dois anos e multa. Os senhores estão largando no colo do prefeito um problemaço, se de fato isso é ilegal, e isso está dizendo aqui. Portanto, quero parabenizar o PCdoB, que, em tempo, apresenta uma emenda para a correção do projeto de lei com a Emenda nº 1. Faço um apelo para que a gente aprove a Emenda nº 1, caso contrário estamos cometendo um verdadeiro absurdo aqui, inconstitucional.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é lamentável, Ver. Moisés, que uma vereadora e um vereador da oposição não se preocupem em proteger as mulheres grávidas e os nascituros. Isto sim, Ver.^a Biga, isso sim é grave. Não proteger as mulheres grávidas e os nascituros. A senhora quer socar as mulheres lá dentro de um hospital ou no posto de saúde! A senhora sabe que não pode, não pode! O trabalho que se fez para o inverno é para o inverno, e sabe por quê? Porque em pleno outono, agora no início, os hospitais estão lotados. Ainda bem que o prefeito Melo teve a sensibilidade de prevenir, antes que o inverno chegue, de contratar profissionais. Nós não estamos querendo contratar pessoas para pagar o Simpa, que vocês querem sempre concurso público para encher os cofres do Simpa. Nós queremos é encher as pessoas de saúde; já que não se consegue evitar que fiquem gripados ou que fiquem doentes, vamos protegê-las quando precisam. Então eu lamento ter que fazer essa contestação, mas eu nunca esperaria da vereadora e nem do vereador da oposição, que foi mais leve, de não quererem proteger as mulheres grávidas. Por isso tem que votar contra sim, para proteção das mulheres, para a proteção dos nascituros. Sim, nós vamos votar contra essa emenda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOLSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadores, Srs. Vereadoras, para encaminhar contrário à Emenda da Ver.^a Biga, nobre colega, mas antes da Emenda propriamente dita, no projeto faltou a declaração do ordenador de despesa, que é um elemento obrigatório constante na LRF. Nós vamos votar “sim” ao projeto, pedindo que o governo, na próxima, líder Cecchim, mande então a declaração do ordenador de despesas para a gente ter tudo nos trinques. Apenas sobre o projeto é isso. Sobre a emenda, eu não vejo como um caso de misoginia você justamente proteger a mulher gestante, a criança que é amamentada, porque se não, Ver. Ferronato, seria misógino o Sindicato dos Metalúrgicos que entrou na Justiça com uma ADIn, ação

direta de inconstitucionalidade, reclamando exatamente o contrário, que a mulher grávida e gestante não poderia estar num local insalubre. O Ministro Alexandre de Moraes, não morro de amores por ele, mas ele despachou - e são 90 e poucas páginas do despacho, acho que é acórdão -, mas eu vou apenas botar o ponto três da ementa. A ementa é direitos sociais, reforma trabalhista, proteção constitucional à maternidade, proteção do mercado de trabalho da mulher, direito à segurança no emprego, direito à vida e à saúde da criança, garantia contra a exposição de gestantes e lactantes em atividades insalubres. Essa é a ementa. Lembrando que foi o Sindicato dos Metalúrgicos que entrou na Justiça com essa ADIn, e agora, finalmente, então eu destaco o ponto três de Alexandre de Moraes: a proteção contra a exposição da gestante e lactante a atividades insalubres caracteriza-se como importante direito social e instrumental protetivo tanto quanto da criança, tratando-se de normas e salvaguarda dos direitos sociais da mulher e de efetivação de integral proteção ao recém-nascido, possibilitando o seu pleno desenvolvimento de maneira harmônica, segura e sem riscos decorrentes da exposição a ambientes insalubres. Constituição Federal, art. 227. Tem na CLT também, mas eu vou poupar porque o meu tempo está acabando, apenas para dizer que a emenda é inconstitucional e não sou eu que estou dizendo, é o Ministro Alexandre de Moraes. Eu peço que a vereadora retire o termo misoginia, porque confunde quem está lá fora pagando os seus impostos para que esta Casa funcione, porque se não, misógino seria, repito, Presidente, o Sindicato dos Metalúrgicos que entrou na Justiça que recebeu esse deferimento. Então, por ser inconstitucional, nós encaminhamos o voto “não” a essa emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente. Eu não posso deixar que apenas a Ver.^a Cláudia, enquanto mulher, fale sozinha, porque é um absurdo o que nós vemos: uma vereadora, a Ver.^a Abigail, falando em misoginia, dizendo que quem não aprovar essa emenda está sendo preconceituoso, ou que está querendo colocar de lado mulheres gestantes. Como mãe de três meninos, como mulher, eu digo que, se nós aprovarmos essa emenda, nós estamos colocando em risco não apenas a mãe, mas esse embrião, essa criança que está em desenvolvimento no útero dessa mulher. De outro lado, eu fico pensando: será que o partido da vereadora que falou em misoginia não é o mesmo partido que quer, efetivamente, o aborto, e de qualquer forma? Estaremos aqui colocando em risco crianças inocentes no útero das mães. Não tem nada de misoginia, tem de proteção social, vereadora. Nós, vereadores, não podemos colocar em risco mulheres gestantes, que estão aí colocando o seu melhor para a humanidade. Assim como fizemos, na época da covid, protegendo mulheres grávidas e deixando essas mulheres fora da linha de trabalho, fosse na saúde, fosse na segurança, na educação, no comércio. Então, como mulher, como vereadora, eu vou dizer que nós vamos sim proteger as mulheres gestantes, dizendo “não” a essa emenda. Fez bem o nosso prefeito Melo ao

encaminhar esse projeto, que vai salvar vidas. Nós não podemos deixar que falsas falas aqui cheguem às comunidades mais pobres, mais carentes e que menos entendem. É bom que se deixe claro que esse projeto faz com que mais pessoas tenham saúde, que, no inverno, quando o atendimento aumenta quase o dobro, o triplo em Porto Alegre, por conta da nossa característica climática, o povo estará sendo bem atendido. Não façamos falácias na tribuna, vamos falar a verdade e votar com o que nós realmente temos em mente: proteção social de mães, de mulheres e de crianças. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/23. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 02 ao PLE nº 009/23. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 009/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o requerimento solicitando a inclusão, na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, bem como apreciação imediata, do Requerimento nº 056/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 056/23 – (Proc. nº 0220/23 – Ver. Giovane Byl) – Requer seja o período de Comunicações do dia 27 de março destinado a homenagear a Escola de Samba Copacabana – Sociedade Beneficente Recreativa Cultural Associação Comunitária Copacabana – campeã da série prata do Desfile das Escolas de Samba do Carnaval 2023 de Porto Alegre. (SEI 158.00043/2023-23)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 056/23. (Pausa.) Os Sr. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Eu só queria fazer um registro de intenção de voto favorável ao PLL nº 367/22, do Deputado Cherini, porque eu fiquei sem internet, pois estava acompanhando remotamente. Então, mesmo que já tenha sido aprovado, gostaria de deixar o registro.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0158/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que institui o Prêmio Meninas Olímpicas na Câmara Municipal de Porto Alegre. (SEI 209.00032/2021-10)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CECE e CEFOR. Relatora-Geral Ver^a Bruna Rodrigues: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 27-06-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PR nº 011/21. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu acho que é muito meritório isso, e é um Projeto de Resolução. Então, eu queria pedir aos colegas que possa ser aprovado sem precisar abrir o painel, por votação simbólica.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o PR nº 011/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente, eu me inscrevi para agradecer aos meus pares, obrigada especial ao Ver. Cecchim na orientação deste voto. E eu gostaria de saudar e parabenizar a nossa então vereadora, hoje deputada, Daiana Santos, que a partir da aprovação desse projeto de lei, que foi aprovado, acaba incentivando que mais meninas participem dessa Olimpíada Científica, na medida em que hoje apenas 10% dos vencedores dessa Olimpíada são mulheres. Portanto é um grande incentivo para nossa educação. Muito obrigada, colegas vereadoras e colegas vereadores, que aprovaram esta lei.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Biga. Parabéns pelo projeto, Ver.^a Daiana.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Queria registrar por que votei contra o PR nº 011/21. Registrar que foi cometida uma injustiça agora, com a aprovação do projeto Prêmio Meninas Olímpicas, PR nº 011/21, não com relação ao mérito do projeto, mas eu tive na CCJ rejeitada a tramitação de uma premiação, porque somente a Mesa poderia fazer essa proposição, e, estranhamente, quando alguns vereadores propõem, o

projeto se torna, magicamente, legal; quando outros vereadores propõem, o projeto é rejeitado na CCJ por não cumprir o Regimento. Então, o que me foi passado foi que um vereador que não fosse membro da Mesa Diretora não poderia apresentar um projeto de premiação, como o que sugeri para o prêmio Atlas. Esse é o registro. E é somente por essa razão pela qual votei contra o projeto, porque, como tive um rejeitado na CCJ, entendi que deveria ser igual para todos.

DISCUSSÃO GERAL - 2ª SESSÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

PROC. Nº 0198/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/23, de autoria da Mesa Diretora, que altera o caput e os §§ 1º, 4º e 7º, inclui § 15 e revoga os incs. I, II, III, IV e V do § 7º, todos do art. 63-A da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, ampliando o número de membros da Comissão Especial para avaliar e discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), estabelecendo seu período de funcionamento, suas atribuições e critério para a definição de suas Relatorias Temáticas e excetuando-a do prazo de duração previsto no § 6º do art. 58 daquela Resolução. (SEI 014.00007/2023-12)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relator-Geral Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- discussão geral nos termos do art. 126 do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão, em 2ª sessão, o PR nº 023/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão, em 2ª sessão, do PR nº 023/23.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 175/21, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Verª Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0258/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/22, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que institui política de atenção integral à pessoa com doença de Parkinson no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00018/2022-13)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pedro Ruas: pela aprovação do Projeto;
- da COSMAM. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por duas Sessões em 13-03-23;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 134/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0204/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/22, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que estabelece a realização de diagnóstico socioambiental como requisito para a definição, pelo Município, de faixas marginais não edificáveis em Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas distintas das estabelecidas no inc. I do art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e alterações posteriores – Código Florestal –, e dá outras providências. (SEI 036.00037/2022-26)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 105/22. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, todos que nos acompanham na tarde de hoje; agradeço as manifestações dos colegas que compreenderam e que já manifestaram a aprovação do projeto, mas aqueles que a gente não teve oportunidade de falar, é para registrar que Porto Alegre, hoje, os projetos de Reurb, a parte social, tem inúmeras casas, por exemplo, que precisam ser reformadas, reavaliadas e, às vezes, a Prefeitura tem uma dificuldade por não estar atualizada a legislação, tendo em vista a modernização da legislação do tema, tanto em nível federal quanto estadual, que não previa a questão do diagnóstico socioambiental. É importante, para que a Prefeitura possa se adequar, que esse levantamento possa ser feito e que nós possamos ajudar aquelas pessoas que estão nessas áreas. A proposta, como vocês podem ver, exclui, por óbvio, toda e qualquer ação que tenha a ver com a legislação de áreas de risco, isso é descartado, é legislação própria, mas modernização e desburocratização é o que move este projeto, que busca estabelecer, dentro do permitido ao Município, os regramentos e construções próximas a esses cursos d'água, seja na Ilha da Pintada... Para nós auxiliarmos e ajudarmos a legislação e a Prefeitura, peço a aprovação do referido projeto, já debatido em comissões e por esta Casa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 105/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(16h37min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0024/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 009/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública a Associação Esporte +.(SEI 161.00008/2023-09)

PROC. Nº 0040/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 016/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que inclui art. 2º-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo

a divulgação de cronograma de execução de obras com as informações que especifica.
(SEI 165.00155/2022-96)

PROC. Nº 0160/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia do Auxiliar de Limpeza e de Serviços Gerais no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de fevereiro. (SEI 034.00109/2023-18)

PROC. Nº 0183/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 086/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Conservadorismo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de março. (SEI 222.00027/2023-47)

PROC. Nº 0188/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 091/23, de autoria da Ver^a Karen Santos, que denomina Rua Frotinga o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Um – Estrada Barro Vermelho, localizado no Bairro Restinga. (SEI 152.00053/2023-64)

PROC. Nº 0178/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/23, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que concede a Comenda Porto do Sol à Sukyo Mahikari do Brasil. (SEI 043.00030/2023-88)

PROC. Nº 0193/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/23, de autoria da Ver^a Nani Dutra, que concede a Comenda Porto do Sol à senhora Terezinha Fragata dos Santos – Tia Terezinha. (SEI 305.00006/2023-20)

PROC. Nº 0195/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/23, de autoria da Ver^a Nani Dutra, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Alexandre Rodrigues. (SEI 305.00007/2023-74)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0608/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/22, de autoria da Ver^a Cintia Rockenbach, que altera o inc. II do caput do art. 23 e o inc. III do caput do art. 25 e inclui inc. V no caput do art. 23 e incs. IV e V no caput do art. 25, todos da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, estabelecendo, para o comércio de animais, condições de bem-estar e controles de origem e rastreio. (SEI 278.00032/2022-23)

PROC. Nº 0104/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/23, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 563, de 30 de janeiro de 2007; da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009; da Lei nº 4.235, de 21 de dezembro de 1976; da Lei Complementar nº 703, de 28 de setembro de 2012; e da Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987, dispondo, em todos os casos, sobre a desvinculação do superávit financeiro do Fundo Municipal dos Direitos Difusos (FMDD); do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS); do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre (Pró-Ambiente); e do Fundo Municipal para Restauração, Reforma e Manutenção do Patrimônio Imobiliário do Município de Porto Alegre (Fun-Patrimônio), apurados ao final de cada exercício e altera o art. 10 da Lei Complementar nº 869, de 27 de dezembro de 2019, para contemplar como recursos do Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal as receitas decorrentes do superávit financeiro desvinculado da conta bancária específica de cada um dos fundos alterados, extingue o Fundo Especial Pró-Mobilidade (FUNPROMOB), altera o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal (FRDM) e revoga o art. 16 da Lei Complementar 703, de 28 de setembro de 2012. (SEI 118.00257/2023-30)

PROC. Nº 0716/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 360/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Praça Sadi dos Santos Saldanha o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça da Quinta do Portal, localizado na Rua Jaime Lino dos Santos Filho – Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 021.00185/2022-55)

PROC. Nº 0825/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 400/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que declara de utilidade pública o Coletivo Feminino Plural (CFP). (SEI 021.00235/2022-02)

PROC. Nº 0922/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 453/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que veda, no Município de Porto Alegre, a cobrança de taxa diária de permanência em depósito de veículo apreendido por infração ao Código de Trânsito Brasileiro referente aos dias de fechamento parcial ou total do depósito. (SEI 037.00633/2022-13)

PROC. Nº 0089/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/23, de autoria do Ver. José Freitas, que altera a Lei Municipal nº 10.903, de 31 de maio de 2010, e seu Anexo II. (Feira de Antiguidades do Mercado Público) (SEI 034.00049/2023-33)

PROC. Nº 0093/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/23, que institui o Brasão da Guarda Municipal de Porto Alegre. (SEI 118.00253/2023-51)

PROC. Nº 0122/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que cria o Programa Banco do Tênis no Município de Porto Alegre. (SEI 161.00021/2023-50)

PROC. Nº 0144/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 068/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública o Instituto Social CrêSer – ICRESER. (SEI 161.00026/2023-82)

PROC. Nº 0166/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 080/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Jarilson Zanetti. (SEI 036.00026/2023-27)

PROC. Nº 0190/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/23, de autoria da Ver^a Nani Dutra, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Alemão Charles do Cavaco. (SEI 305.00004/2023-31)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h38min.)

* * * * *